

OS AGRARISTAS POLÍTICOS BRASILEIROS

Ana Amélia M. C. Melo¹

Resenha: SANTOS, Raimundo. **Agraristas políticos brasileiros**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/NEAD (MDA)/IICA, 2007. 200 p.

Nos últimos anos, não tem sido pouca a produção acadêmica sobre o PCB e as idéias comunistas no Brasil. A relevância particularmente política deste que foi o primeiro partido de esquerda de caráter nacional está manifesta nos estudos históricos já consagrados há bastante tempo.² O novo livro de Raimundo Santos, “Agraristas políticos brasileiros” corrobora no aprofundamento da discussão sobre a atuação do Partido Comunista como especialmente fornece robustez ao debate através do exame minucioso das principais idéias agrárias elaboradas e defendidas pela vertente formada pelos comunistas.

Fruto parcial do projeto de pesquisa “Perfis agraristas brasileiros”, ainda em desenvolvimento no CPDA/UFRRJ, este livro desfruta do conhecimento reunido pelo autor na sua já extensa pesquisa sobre o comunismo brasileiro. Nesse percurso, a obra caiopradina tem merecido atenção privilegiada. No volume em destaque, o objetivo foi o de confrontar autores da matriz comunista em torno da discussão do papel do mundo agrário na constituição de um processo revolucionário no Brasil, não tanto para enfatizar e confirmar a presença dos comunistas no mundo rural, como afirma Raimundo Santos, mas com

¹ Professora Visitante do Departamento de História Universidade Federal do Ceará.

² Apenas para exemplificar, citamos os trabalhos de Edgar Carone, Ronald H. Chilcole, Michael Zaidan, Wenneck Vianna, Raimundo Santos, Antonio Segatto, Gildo Marçal Brandão, Anita Leocádia Prestes, Dulce Paldolfi, entre outros.

o sentido de compreender e conjecturar sobre o sentido da interpretação agrarista no interior do PCB e seus desdobramentos políticos.

Três ensaístas são contemplados no estudo: Caio Prado Jr. (1907-1990), Alberto Passos Guimarães (1908-1993) e Ivan Ribeiro (1936-1987). Dentro da vasta produção sobre Caio Prado, destaca-se a contribuição de Raimundo Santos pelo enfoque que busca ler os textos a partir da vocação militante dos escritos do historiador. Trata-se de um exercício que associa teoria e práxis, resgatando a tradição marxista. Uma pergunta é posta com a intenção de indicar o caminho da reflexão: qual o lugar de Caio Prado no PCB e nas demais esquerdas? Claro está que a resposta conduz à problemática da apropriação de sua obra. Mas Santos prioriza a releitura dos textos publicistas caiopradinos, procurando glosar seus desacordos do historiador com o seu partido, especialmente em relação ao frentismo pluriclassista. Caio Prado interpela o PCB a partir de seu pensamento agrário que confere protagonismo, no processo de uma revolução nacional, à mobilização de tipo trabalhista no mundo rural. Como ponto de partida do historiador, Santos destaca a sua interpretação do Brasil como marco intelectual que fornece o fundamento para a proposta caiopradiana de uma reforma agrária não-camponesa, ou seja, liderada por assalariados e semi-assalariados organizados em sindicatos. O diagnóstico do intelectual paulista considera o padrão de nosso processo de modernização conferindo debilidade às “forças progressistas populares”, dentre elas, os camponeses, por ele considerados grupos agrários menos importantes à “revolução brasileira”.

Qual o sentido, dentro do pensamento pecebista, do agrarismo e quais os vínculos deste com a tese da revolução no Brasil, são questões que Santos procura problematizar a partir destes ensaístas. No estudo sobre Passos Guimarães, Raimundo Santos concentra sua atenção nos artigos escritos por esse outro teórico do PCB para o V Congresso de 1960. O autor resgata a relevância deste publicista na afirmação de uma tendência reformista dentro do PCB, ainda que não claramente democrática. A “revolução nacional” proposta por Passos Guimarães atribui ao movimento camponês papel diverso do modelo da III Internacional Comunista. Combatendo certo radicalismo remanescente no PCB do seu tempo e ortodoxias, Passos Guimarães chama a atenção, como coloca o autor de “Agraristas políticos brasileiros”, para as singulares circunstâncias nacionais. Santos diz que Passos Guimarães “põe as esquerdas diante da questão mais geral de nosso capitalismo tardio: seguir rumo ‘prussiano’ ou democrático conforme o tipo de atores à frente da modernização”. Nisso o autor de “Quatro séculos de latifúndio” recorre às famosas vias de evolução do

mundo rural feudal a um processo capitalista de agricultura, descritas por Lênin nos seus textos sobre a Revolução Russa de 1905. O resgate do campesinato, que diferencia Passos Guimarães de Caio Prado Jr., tem a ver com esse tipo de evolução agrária. Passos Guimarães pensa para o Brasil numa revolução agrária não-camponesa que se iniciará promovida por grupos mais propensos à organização (os assalariados e semi-assalariados), mas que terminará por assumir forma camponesa no decorrer da luta de classes no campo.

O confronto proveitoso entre esses dois principais publicistas do PCB abre-se na direção de uma reflexão fundamental sobre a tradição do nosso pensamento marxista e os dilemas (no interior do Partido Comunista) da revolução no Brasil, bem como sobre as propostas das demais esquerdas, proporcionando novo sentido à atuação política dos grupos agrários. Como já mencionado, o caso brasileiro apareceria para Passos Guimarães filtrado pelas lentes dos textos de Lênin. Se, por um lado, recorre ao teórico russo para ressaltar a necessidade de uma observação cuidadosa das peculiaridades brasileiras, daí em parte seu reformismo, por outro, Passos Guimarães não deixa de compartilhar com a matriz marxista-leninista que se cristaliza na URSS e outros países de uma idéia de revolução levada adiante sob hegemonia do operariado visando construir o socialismo no Brasil.

A renovação do pecebismo, a partir da Declaração de março de 1958, com a defesa da democracia como via necessária de superação de nosso atraso, constitui uma vertente emergente desde então na qual é imperioso, para o autor de “Agraristas políticos brasileiros”, vincular o último dos agraristas pecebistas analisado no volume: Ivan Ribeiro. Santos sugere que Ribeiro será o herdeiro daqueles dois modos de pensar os agrários no interior do Partido Comunista. Integrando o grupo dos comunistas democráticos da última fase do PCB, entre meados dos anos 1970 e a segunda metade de 1980, Ribeiro receberá forte influência do comunismo italiano e defende ainda no exílio a tática de frente democrática para derrotar a ditadura pactuada por seu partido no interior do país. A contribuição de Ivan Ribeiro responde, por um lado ao apelo do mundo rural bastante “modernizado”, ao crescimento de seu associativismo e, por outro, a uma produção intelectual que destaca a relevância dos atores sociais no campo, no caso do estudo desse ensaísta, o agricultor familiar.

A discussão, neste instigante livro de Santos, se completa com os textos selecionados que compõem a última parte do livro. A pesquisa documental aqui ganha relevo. O leitor tem em suas mãos o

texto “O Estatuto do trabalhador rural” de Caio Prado Junior, publicado em 1963 na Revista Brasiliense; “As três frentes de luta de classes no campo brasileiro”, de Alberto Passos Guimarães, publicado em 1960 na revista Novos Rumos; e “A agricultura e o capitalismo no Brasil”, de Ivan Ribeiro, divulgado, por primeira vez em francês, na revista, dos comunistas brasileiros asilados em Paris, *Études Brasiliennes*, em 1975. Finalmente, está no apêndice a “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”, de março de 1958. Estes textos revigoram a reflexão, tornando possível o confronto entre os autores e suas particulares contribuições ao que o autor chama de pecebismo contemporâneo.

Ana Amélia M. C. Melo
E-mail: anameliademelo@gmail.com

Artigo recebido em janeiro/2008.
Aprovado em março/2008.